



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

Casa da Cultura (CC)

INFORMAÇÃO n.º 000 / 2017 . anad

| | |
|--------------------------------------|--|
| DATA : 2017/07/17 | |
| NIPG : 5007/17 | DE : Ana Duque |
| REGISTO (DOC.) : 6520 | PARA : Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé |
| CLASSIFICADOR : 016. Casa da Cultura | ASSUNTO : ACÇÕES E PUBLICAÇÕES DIVERSAS PARA PROMOÇÃO DE ALFÂNDEGA DA FÉ - PROJETO DE INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA - NO "CASTELO DA MARRUÇA" |
| PROCESSO : ----- | |

DESPACHO :

Concordo, dar seguimento ao processo.

18-07-2017

Beata Duque

PARECER :

Ao Drº Torres para dar seguimento ao processo

Chefe da DAF-Carla Victor em
19-07-2017

@victor

SEGUIMENTO:

Carla Victor - Costa

19-07-2017 MªJose Costa

Ao abrigo de CCP nº2 5º do rtº 113 as empresas não têm qualquer impedimento legal ao serem convidadas.

Cabimento 1509

TEXTO :

O “Castelo da Marruça”, localizado no termo de Parada, concelho de Alfândega da Fé, é um dos sítios arqueológicos de maior interesse para o concelho e história local. O seu estudo e posterior valorização são fundamentais no contexto do património local. Todavia existem algumas condicionantes ou pressupostos que nos importa aqui registar:

- Este sítio arqueológico nunca foi intervencionado arqueologicamente, desconhecendo-se a sua história, arquitetura e evolução ao longo da sua ocupação;
- O seu estudo ou investigação arqueológica afigura-se interessantíssimo e complexo, devendo prolongar-se para além do presente projeto;
- Em termos científicos, o “Castelo da Marruça” é interessantíssimo pelo estado de conservação da estrutura defensiva e pelo que poderá acrescentar e complementar ao conhecimento do vale do rio Sabor e da região.
- A densidade da vegetação impede uma correta visualização do sítio, a recolha de materiais e qualquer leitura espacial;
- Numa primeira avaliação, qualquer que seja o investimento neste sítio, parece-nos garantido o retorno científico, cultural, educativo e mesmo turístico, constituindo uma mais-valia para a região.
- Considerando que o Município tem o terreno arrendado por um longo espaço de tempo, com o objetivo de intervir arqueologicamente no sítio e posteriormente proceder à sua inserção no conjunto do património cultural e humano do concelho, o que se propõe é o desenvolvimento de um projeto de intervenção faseado e com cronograma definido nos termos e fases que se seguem.

Neste âmbito, o projeto terá como base o conhecimento científico, pelo que deverá ser apresentado e autorizado pela Direção Regional da Cultura do Norte. Será elaborado um documento estruturante, contendo um plano de trabalhos ou intervenção geral, objetivado e fundamentado cientificamente. Por motivos logísticos, o projeto subdividir-se-á em diversas fases, tendo sempre presente dois objetivos estruturantes e fundamentais: o conhecimento científico do sítio, em termos de povoamento e da sua estrutura defensiva e a afirmação do povoado como um contributo essencial para o conhecimento da Idade do Ferro no Nordeste Transmontano.

Estes objetivos gerais serão a espinha dorsal do projeto de investigação, para que possa obter aprovação da Tutela no presente e no futuro. Sem esta base científica não fará sentido pensar o sítio para outros fins, como educativos, culturais e turísticos. Tratando-se de um projeto científico-arqueológico, as ações a desenvolver não poderão circunscrever-se apenas à limpeza da área prevista para a primeira fase, a executar em 2017.

Em termos científicos o projeto é extremamente aliciante pelos mais variados motivos, entre os quais destacamos:

- Conhecimento da ocupação e evolução do sítio ao longo dos tempos;
- Papel deste povoado, no contexto da II Idade do Ferro e da romanização da região;
- Caracterização da estrutura arquitetónica-defensiva do povoado;
- Evolução arquitetónica do sítio desde a sua fundação ao abandono;
- Caracterização da sua cultura material ao longo das diferentes fases ou momentos ocupacionais;
- Interligação do povoado com outros da região, nomeadamente o povoado da Quinta de Crestelos e Silhades, escavados no âmbito do AHBS;
- Novidade para a comunidade científica, uma vez que na região são raros os sítios desta tipologia que se encontram escavados sistematicamente;
- Papel educativo para as diferentes gerações do concelho e da região.

1ª FASE – Limpeza e desmatção.

- a) Limpeza, desmatção do sítio, de modo a possibilitar a recolha de informação topográfica e arqueológica, bem como afinar a localização de futuras sondagens arqueológicas;
- b) Levantamento topográfico das estruturas, derrubes, estruturas negativas, no final dos trabalhos da alínea anterior;
- c) Elaboração de Relatório Final a entregar à DRCN;
- d) Publicação de uma brochura informativa sobre o sítio, a intervenção arqueológica e as problemáticas em seu torno;
- e) Ações de divulgação e sensibilização a desenvolver na localidade de Parada e Alfândega da Fé, após a conclusão desta fase;

Período de execução da 1ª Fase: Início em Agosto (desde que já exista autorização da Tutela) e fim em Outubro ou Novembro, conforme as condições meteorológicas.

2ª FASE – Sondagens Arqueológicas.

- a) Elaboração de Plano de Trabalhos para a 2.ª Fase, a submeter à DRCN.
- b) Sondagens arqueológicas de diagnóstico, de acordo com o Plano de Trabalhos aprovado pela DRCN/Tutela;
- c) Levantamento topográfico de pormenor de todo o sítio;
- d) Georreferenciação e levantamento topográfico da intervenção;
- e) Inventariação e estudo de materiais.
- f) Elaboração de Relatório Final da 2.ª Fase a entregar à DRCN.
- g) Reunião científica de trabalho com outros investigadores.

h) Divulgação de resultados obtidos, após o estudo dos materiais recolhidos nas sondagens arqueológicas, em formato de desdobrável, referido na alínea c) da 1ª Fase, ou separata.

Período de execução da 2ª Fase: (2018, calendarização a definir).

3ª FASE – Sondagens Arqueológicas/Alargamentos.

- a) Elaboração de Plano de Trabalhos para a 3.ª Fase, a submeter à DRCN.
- b) Novas sondagens ou alargamentos das áreas sondadas;
- c) Georreferenciação e levantamento topográfico da intervenção;
- d) Inventariação e estudo de materiais.
- e) Elaboração de Relatório Final da 3.ª Fase a entregar à DRCC.
- f) Reunião científica de trabalho com outros investigadores.
- g) Divulgação dos resultados em termos científicos nos espaços próprios e para o público em geral através de uma pequena publicação explicativa dos trabalhos efetuados, das conclusões dos arqueólogos e da importância, preservação e dinamização cultural do sítio.

Período de Execução da 3ª Fase: (2019, calendarização a definir).

4ª FASE – Sondagens Arqueológicas/Alargamentos

- a) Elaboração de Plano de Trabalhos para a 4.ª Fase, a submeter à DRCC.
- b) Alargamentos ou escavação em área das áreas sondadas;
- c) Georreferenciação e levantamento topográfico da intervenção;
- d) Inventariação e estudo de materiais.
- e) Elaboração de Relatório Final da 4.ª Fase a entregar à DRCC.
- f) Mesa redonda ou reunião científica de trabalho com outros investigadores.
- g) Divulgação dos resultados nos meios científicos e para o público em geral;
- h) Consolidação de algumas estruturas da muralha defensiva, mediante avaliação e aprovação da DRCN/Tutela;

Período de execução da 4ª Fase: (2020, calendarização a definir).

5ª FASE – Musealização do sítio e Centro Interpretativo.

- a) Elaboração de Plano de Trabalhos para a 5.ª Fase, que deverá incluir todas as ações de conservação e restauro de estruturas, a submeter à DRCC.
 - b) Consolidação de estruturas do complexo defensivo e de estruturas postas a descoberto.
 - c) Reconstruções pontuais de acordo com plano aprovado pela DRCC, incluindo a reposição do troço derrubado mecanicamente por “desconhecimento”, no início do século;
 - d) Musealização do sítio (informação escrita, sinalética, plano de segurança, etc.);
 - e) Melhoramento dos acessos, definição de áreas de estacionamento e colocação de estruturas de segurança dos visitantes e das estruturas do sítio;
 - f) Definição de um Projeto Educativo que enquadre o conhecimento e dinamização do espaço, nomeadamente junto da comunidade escolar local;
 - g) Desenvolvimento de um Centro interpretativo ou Projeto Museológico ligado ao sítio;
 - h) Publicação de uma Monografia científica.
- (De uma forma geral estas atividades são da responsabilidade do Município; a consolidação e reconstrução de estruturas carecem de acompanhamento arqueológico).

Período de execução da 5ª Fase: (2021, calendarização a definir).

2 – Intervenção para a 1ª Fase

2.1. – Prazo estimado para a intervenção

O prazo de intervenção para a 1ª Fase é de três meses, com início em agosto de 2017 (havendo autorização da Tutela) e fim entre outubro ou novembro de 2017, com interrupção na segunda quinzena de setembro e possível extensão até ao último mês indicado, conforme as situações meteorológicas.

2.2. – Acompanhamento técnico

O acompanhamento técnico desta fase de intervenção é efetuado pelo menos por um Arqueólogo.

2.3. – Atividades a desenvolver na 1ª Fase: Limpeza geral do sítio.

Com esta ação pretendemos reconhecer as estruturas pétreas conservadas em positivo e em negativo, assim como afinar a localização das sondagens de diagnóstico. Pretende-se também melhorar o acesso ao sítio.

Os trabalhos preparatórios incluem o corte de mato rasteiro, a limpeza ou poda das árvores existentes e a remoção dos materiais lenhosos resultantes desta tarefa. Será um trabalho essencialmente manual, com utilização de ferramentas manuais, para evitar alterações no terreno ou impacto sobre as estruturas. A utilização de máquinas só será permitida no carregamento e transporte de materiais lenhosos, nunca circulando sobre os contextos arqueológicos do sítio ou

pondo em causa a conservação de estruturas positivas ou negativas. A limpeza do sítio implicará o acompanhamento permanente por parte de um arqueólogo.

Pretendemos manter, no essencial, as árvores e arbustos autóctones, respeitando no geral o património ambiental, exceto nas áreas onde se venham a desenvolver as intervenções arqueológicas ou sondagens.

A limpeza prevê-se executar em cerca de três meses, implicando a supervisão de um técnico com conhecimento na matéria, assim como o registo fotográfico de pormenor e de vídeo.

3-Estimativa de custos da intervenção

Para a execução integral das tarefas indicadas no ponto 2 estima-se um custo, de 10.900,00 € (dez mil e novecentos euros) mais IVA à taxa em vigor.

-Entidades a Convidar:

Fernando Pedro Penarroias Vaz
Email:pedrovaz1111@gmail.com

Sérgio Simões Pereira
Email:sergiomspereira71@gmail.com

Francisco José Lopes
Email:lopesagrupamento@gmail.com

Proposta de Juri para o procedimento Concursal:

Presidente: Ana Duque
1º Vogal : Helena Lisboa
2º Vogal : Jose Torres
Suplentes: Maria Jose Costa e Carla Victor

CONCLUSÃO :

—é o que me cumpre informar.

Chefe de Gabinete

Ana Duque